

**EDcl no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.920 - RN
(2019/0326590-0)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

EMBARGANTE : A L R M

**ADVOGADOS : PAULO ROBERTO DE SOUZA LEÃO JUNIOR -
RN008968**

**PAULO ROBERTO DANTAS DE SOUZA LEÃO -
RN001839**

**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. FUNGIBILIDADE. INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. AGRAVO REGIMENTAL. CONVERSÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO RECURSO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É admitida a conversão dos embargos de declaração em agravo regimental quando a pretensão recursal consiste na reforma da decisão em ponto sobre o qual não há contradição, omissão ou obscuridade.

2. Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória. É cogente ao impetrante apresentar elementos documentais suficientes para se permitir a aferição da alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

3. Quanto ao argumento defensivo de que "a cópia da decisão que recebeu a denúncia encontra-se devidamente inserida nos autos do processo em epígrafe, especificamente tombada às fls. 25/26 (e-stj)", tal decisão diz respeito à primeira decisão que recebe a denúncia e cita o acusado para responder à acusação. Todavia, para analisar o pedido de trancamento do processo por ausência de justa causa, necessária a instrução dos autos com a decisão que, ao receber a denúncia, analisou a resposta à acusação.

4. Embargos de declaração convertidos em agravo regimental,

não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, receber os embargos de declaração como agravo regimental, ao qual negar provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

